

LITERATURA: POÉTICA E HUMANIZAÇÃO

Cristina Prates (UVA)
prates_literatura@hotmail.com

RESUMO

Encenada numa linguagem especial, cujo saber tem o sabor do sal das palavras, a escritura literária contempla uma espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia inerente a todos os seres humanos, como indivíduos e grupos sociais. Nesse sentido, este trabalho se propõe a defender a necessidade do texto literário, levando em consideração a sua função estética, psicológica e social, propondo que se pense a literatura não apenas como um conjunto de obras de uma determinada época, ou estilo, mas sim como uma poética da humanização, ou seja, o palco no qual se dramatizam as relações entre o indivíduo e a sociedade, as tensões entre os códigos linguísticos, o diálogo entre o passado e o presente, entre o escritor e o seu público-leitor, entre os diversos saberes e sabores, um exercício de reflexão, de ordenação do caos, do aprimoramento das emoções. É a partir dessa poética da humanização que acreditamos poder apresentar ao nosso leitor/aluno do nível médio e universitário as obras líricas, ficcionais ou dramáticas da literatura brasileira, em seu diálogo permanente com outras literaturas, com outras artes, com a sociedade e a cultura, destacando, em cada escritura, não só a força da palavra literária, mas também a poética do nacionalismo que percorre a trajetória da literatura nacional.

Palavras-chave:

Escritura literária. Literatura brasileira. Humanização. Poética do nacionalismo.

No seu livro *Aula*, o semiólogo francês Roland Barthes afirma que, se todas as disciplinas tivessem que ser expulsas do ensino, a única que deveria ser salva seria a disciplina literária, pelo fato de todas as ciências estarem presentes no “monumento literário”. Para comprovar como a literatura assume muitos saberes, Roland Barthes cita o romance *Robson Crusoe*, de Daniel Defoe, no qual encontraremos um saber histórico, geográfico, social, técnico, botânico, antropológico. (BARTHES, [s/d.], p. 18)

Entretanto, diferente do saber científico, a literatura não se arroga o direito de saber alguma coisa, mas sim sugere que sabe de alguma coisa, ou melhor, que sabe algo das coisas e que sabe muito dos homens. (BARTHES, [s/d.], p. 19)

Encenada numa linguagem especial, cujo saber tem o sabor do sal das palavras, “a escritura literária faz do saber uma festa”, (BARTHES, [s/d.], p. 35), cuja produção e fruição se fundamentam numa espécie de necessidade universal de ficção e de fantasia inerentes a todos os seres

humanos, como indivíduos e grupos sociais, tese defendida por Antonio Candido, no seu ensaio "A literatura e a formação do homem" (CANDIDO, 2002, p. 80), quando compreende ser esse o papel da literatura, em relação à importante função psicológica que exerce sobre o leitor.

Alimentando essa ficção e fantasia, surgem as formas mais simples e espontâneas presentes no nosso cotidiano, como a anedota, a adivinha, o trocadilho, os provérbios, os cantos folclóricos, as lendas, os mitos, culminando nas formas impressas do poema, do conto e do romance, até chegarmos aos meios de comunicação de massa com o cinema, as telenovelas, os quadrinhos, e mesmo a publicidade, apoiada, não raras vezes, na linguagem literária, nos elementos da ficção e da poesia.

A criação poética e ficcional, enquanto ponte entre a realidade e a imaginação, torna-se, nesse sentido, elemento necessário para a humanização e, tão importante quanto o sonho se faz para o equilíbrio psíquico, a literatura, "ao dar forma aos sentimentos e à visão do mundo, (ela) nos organiza, nos liberta do caos, e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade". (CANDIDO, 2002, p. 186)

Além da função psicológica da literatura, cumpre ressaltar o seu papel social, quando se faz instrumento de denúncia, focalizando as injustiças, desmascarando o preconceito, dando voz aos marginalizados, acusando a arrogância do poder. O escritor, nesse caso, deseja expressar uma visão ética e política, no intuito de despertar a consciência crítica do leitor em relação aos direitos humanos.

Tal posicionamento crítico, que perpassa o projeto da literatura brasileira, apresenta, na atualidade, uma vertente que merece destaque. Trata-se da importância que vem adquirindo a produção literária afro-brasileira, que, contrapondo-se ao mito de uma identidade una e coesa, como ressalta o pesquisador Eduardo de Assis Duarte, no seu ensaio "Literatura e afrodescendência" (DUARTE, 2005, p.113), denuncia o preconceito racial e as injustiças sociais, projetando, através de uma enunciação identitária, o protagonismo das personagens negras, o que edifica um espaço de reconhecimento de sua experiência existencial, ao dar voz àqueles que se encontram às margens da sociedade, como se pode comprovar através da obra de uma Conceição Evaristo, por exemplo.

Cumpre ressaltar, entretanto, que não se pode exigir da literatura um papel pedagógico e moralista, pautado em noções edificantes, pois, como recriação da própria vida, ela traz, em suas entranhas, todas as ambivalências e complexidade da existência, confirma e nega, apoia e com-

bate, encenando, dialeticamente, as tensões sociais, as emoções e as ideologias.

Por outro lado, como objeto construído, o texto literário desenvolve-se a partir de uma estrutura que obedece a um modelo de coerência gerado pela força da palavra organizada, exercendo, nesse sentido, um importante papel humanizador, na medida em que possibilita a ordenação da mente e dos sentimentos do leitor, e, mesmo inconscientemente, a leitura torna-se, assim, um meio de superar o caos, criando uma proposta de sentido, como defende Antonio Candido no seu texto “O direito à literatura”, do seu livro *Vários Escritos*. (CANDIDO, 2011, p. 179)

Dessa forma, é possível se pensar a literatura não apenas como um conjunto de obras de uma determinada época, ou estilo, mas sim como uma poética da humanização, ou seja, o palco no qual se dramatizam as relações entre o indivíduo e a sociedade, as tensões entre os códigos linguísticos, o diálogo entre o passado e o presente, entre o escritor e o seu público-leitor, entre os diversos saberes ou sabores, um exercício de reflexão, de ordenação do caos, do aprimoramento das emoções, “desenvolvendo em nós, a quota de humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante”. (CANDIDO, 2011, p. 182)

É a partir dessa poética da humanização que acreditamos poder apresentar ao nosso leitor/aluno do nível médio e universitário as obras líricas, ficcionais ou dramáticas da literatura brasileira, em seu diálogo permanente com outras literaturas, com outras artes, com a sociedade e a cultura nacional, destacando em cada escritura, a força da palavra literária, seu poder de se insinuar nas emoções do leitor, tornando-o cúmplice desse universo que o impressiona pelo impacto resultante da fusão entre a mensagem e a forma como foi ordenada.

A presença da disciplina nos currículos escolares reflete sua importância para a sociedade que reconhece na literatura um instrumento intelectual e afetivo, capaz de representar a sua realidade social e humana, já que as manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas expressam e fortalecem suas crenças, sentimentos, normas.

Nesse sentido, a literatura se torna um elemento essencial à formação do indivíduo, um direito ao seu aprimoramento como pessoa e cidadão, motivo pelo qual cumpre se exigir dos governos políticas públicas para a publicação de livros ao alcance de todos, assim como de bibliotecas, concertos, exposições de arte, que facultem o acesso de toda a popu-

lação aos bens culturais, forma de inclusão necessária para contemplar os direitos humanos em vista de uma sociedade mais justa e igualitária.

No caso do Brasil, assim como de outros países colonizados, a literatura exerce um papel fundamental na busca da construção da nossa identidade, através da representação de temas e da fixação de uma linguagem própria, representando, pelo imaginário poético, os anseios de autonomia, a resistência à opressão do colonialismo, o grito contra a iniquidade do sistema escravocrata e contra o descaso com população indígena e com as classes menos favorecidas.

Já na Carta de Caminha a D. Manuel, que seria nossa certidão de batismo, prenunciam-se os muitos séculos da exploração da metrópole, e, para além das descrições deslumbradas, das visões do paraíso, da percepção ingênua com a qual descreveu nossos índios, sobressai-se, na verdade, “a transparente ideologia mercantilista batizada pelo zelo missionário de uma cristandade ainda medieval” (BOSI, 1975, p. 17), como podemos conferir nessa “conclusão edificante” do missivista de Cabral:

De ponta a ponta é toda praia...muito chã é muito fremeosa. (...) Nela até agora não pudemos saber que haja ouro nem prata... porém a terra em si é de muitos bons ares assim frios e temperados como os de Entre-Doiro-e-Minho. Águas são muitas e infindas. E em tal maneira é graciosa que querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por bem das águas que tem, porém, o melhor fruto que nela se pode fazer me parece que será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que vossa alteza em ela deve lançar.

Explorar a terra, catequizar os nativos – eis o Brasil-colônia, o “outro” em relação à metrópole: “a terra a ser ocupada, o pau-brasil a ser explorado, o ouro a ser extraído; numa palavra, a matéria prima a ser carreada para o mercado externo”. (BOSI, 1975, p. 13)

No século XX, os modernistas, numa revisão crítica de nossa história, irão negar essa falsa certidão de nascimento: agora é o olhar do colonizado que satiriza o poder do colonizador e proclama a verdadeira alma brasileira, antropófaga como queria Oswald de Andrade ou macunaímica, como sonhava Mário de Andrade.

Vale a pena, nesse sentido, revermos alguns tópicos do Manifesto oswaldiano (OSWALD, 1981, p. 226-232)

Nunca fomos catequizados. Vivemos através de um direito sonâmbulo. Fizemos Cristo nascer na Bahia. Ou em Belém do Pará.

Nunca fomos catequizados. Fizemos foi Carnaval. O índio vestido de senador do Império. (...) Ou figurando nas óperas de Alencar cheio de bons sentimentos.
--

Antes dos portugueses descobrirem o Brasil, o Brasil tinha descoberto a felicidade.

Contra o índio de tocheiro. O índio filho de Maria, afilhado de Catarina de Médicis e genro de D. Antônio de Mariz.

Observando o diálogo entre a Carta de Caminha e o Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, podemos observar que, como poética do nacionalismo, o projeto da literatura brasileira se assenta no binômio ruptura/integração: como não tivemos uma literatura nativa, foi a partir da literatura transplantada que construímos a nossa. Nesse sentido, a brasilidade deve ser caracterizada em sua dupla condição:

de um lado, a rejeição da tradição transplantada; de outro, a busca de uma linguagem e duma realidade literárias brasileiras, que identifiquem a nossa literatura como expressão da nacionalidade e da cultura de um povo, distinguindo-a de toda e qualquer literatura. (SILVA, 2002, p. 16)

Para isso, o escritor brasileiro encontrou, na língua falada, a linguagem através da qual poderia expressar a realidade nacional, e, afastando-se das influências do português lusitano foi, aos poucos, implantando a poética da oralidade, ou seja, a estilização da fala brasileira, o que se concretizou com o nosso Romantismo.

Em José de Alencar, por exemplo, constamos a luta do escritor para realizar tal processo, insurgindo-se contra a gramática tradicional e sua fúria lusitana, como nesse desabafo que faz numa carta dirigida ao amigo Dr. Jaguaribe, na qual explica como, em sua terra, o Ceará, a mãe, que acalenta o filho no colo, demonstra toda sua ternura ao dizer: “Está dormindinho”. O autor imagina o que “os críticos de orelha” comentariam a respeito desse diminutivo verbal: “Este sujeito não sabe gramática”. (ALENCAR, 1960, p. 965-966)

Ao valorizar as marcas da oralidade, José de Alencar implanta e implementa, através da transgressão à norma culta, a inserção da fala do povo, aquela com a qual ele traduz usos e sentimentos, ideais e pensamentos, manifestando, de forma autêntica, sua alma brasileira, como argumenta o autor ao definir a função do escritor nacional, como aquele que deve “abrasileirar” o seu instrumento de trabalho: “Não é somente no vocabulário, mas também na sintaxe da língua, que o nosso povo exerce o seu inalienável direito de imprimir o cunho de sua individualidade, abrasileirando o instrumento das ideias”. (*Idem, ibidem*)

Associando-se à construção da independência do país, a literatura brasileira tornou-se forte aliada do processo de elaboração do nosso “instinto de nacionalidade”, acolhendo, no jogo criativo da linguagem, as

múltiplas faces dos “Brasis”, que nos chegam, não na forma oficial da historiografia, mas na palavra ritmada e criativa, que recria hábitos e costumes, rememora laços familiares e amorosos, numa cartografia afetiva do campo e da cidade, humanizando, pela palavra poética, espaços físicos e estados de espírito, que ampliam e aprofundam a sensibilidade do leitor.

Nesse sentido, o Modernismo, certamente, representou um momento exponencial de aproximação entre os escritores e a multifacetada realidade nacional, no sentido de, ao dessacralizar todas as formas de eruditismo, acolher o abrasileiramento temático, o gosto pelo popular e pelo cotidiano, numa poética da espontaneidade, mais próxima dos sentimentos mais íntimos de todos nós, como tão bem o faz o poeta Manuel Bandeira nessas recordações da infância presentificadas no poema “Evocação do Recife” (BANDEIRA, 1961, p. 77-81), do qual apresentamos os últimos versos.

Novenas
Cavallhadas
E eu me deitei no colo da menina e ela começou passar a mão [nos meus cabelos
Capiberibe
– Capibaribe

Rua da União onde todas as tardes passava a preta das bananas
Com o xale vistoso de pano da Costa
E o vendedor de roletes de cana
O de amendoim
que se chamava midubim e não era torrado era cozido
Me lembro
de todos os pregões:
Ovos frescos e baratos
Dez ovos por uma pataca
Foi há muito tempo...
A vida não me chegava pelos jornais nem pelos livros
Vinha da boca do povo na língua errada do povo
Língua certa do povo
Porque ele é que fala gostoso o português do Brasil
Ao passo que nós
O que fazemos
É macaquear
A sintaxe lusíada
A vida com uma porção de coisas que eu não entendia bem
Terras que não sabia onde ficavam

Recife...
Rua da União...
A casa de meu avô...

Nunca pensei que ela acabasse!
Tudo lá parecia impregnado de eternidade

Recife...

Meu avô morto.

Recife morto, Recife bom, Recife brasileiro como a casa de meu avô.

(BANDEIRA, 1961, p. 79-81)

Ao rever sua infância, o poeta sugere que o leitor também experimente sensações do seu passado, que (re)veja o menino antigo e sua história na qual se entrecruzam o grupo familiar, os grupos sociais, as heranças e tradições que lhe explicam a maneira de ser. A instância poética recupera não um passado cronológico, mas um passado presente cujas dimensões míticas se atualizam no modo de ser da infância e do inconsciente, “o tempo forte (social e individual) que já se adensou o bastante para ser evocado pela memória da linguagem”. (BOSI, 1983, p. 112)

“Foi há muito tempo...”; “Recife...”; “Rua da União...”; “A casa do meu avô...”: o emprego de reticências sugere, no ritmo da suspensão, a descontinuidade que marca projetos, ideais, sonhos e a própria vida, e sua recorrência intencional no poema, assim como a repetição desses espaços afetivos, tornam-se elementos formais que organizam esse conteúdo, trazendo ao leitor a possibilidade de experimentar a sensação da saudade e da frustração, sentimentos e emoções que também o acompanham em determinados momentos de sua vida: “Foi há muito tempo”; “Recife...”; “Rua da União...”; “A casa do meu avô...” transformam-se em imagens no nosso inconsciente, carregando, na sua enunciação, as nove-nas e cavalhadas, o som dos pregões, a visão da preta das bananas, o gosto do amendoim e do açúcar da cana, e a sensação da ternura das mãos da menina nos seus (nosso) cabelos.

A cadência dos versos, o poder sugestivo das imagens, a exploração das sensações, os trocadilhos que impõem o gosto pela oralidade do “midubim” e do “Capibaribe” apontam a positividade da intercessão entre a forma e o conteúdo, isomorfia que garante a materialidade do texto poético e que assegura sua permanência na nossa memória, enriquecendo e ampliando nossas experiências existenciais, exercendo, assim, sua função humanizadora no indivíduo e no grupo social.

É nesse sentido que não duvidamos do fato de ser a literatura uma necessidade universal e que o acesso ao texto literário deva ser um direito de todos e não o privilégio de pequenos grupos, ideia veemente defendida por Antonio Candido, em várias palestras e ensaios que realizou du-

rante toda sua vida e que, acreditamos, possam nos servir como diretrizes necessárias ao combate da desigualdade, se compreendermos, sobretudo, o pressuposto básico sobre o qual se assentam os direitos humanos: “ reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo”. (CANDIDO, 2011, p. 174)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José. O nosso cancionero. In: _____. *Obra Completa*, vol. 4. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

ASSIS, Eduardo de. Literatura e afrodescendência. In: _____. *Literatura, política e identidades*. Ensaios. Belo Horizonte: FALE/ UFMG, 2011, p. 113-161.

ANDRADE, Ooswald de. O Manifesto antropofágico. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda europeia e modernismo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 226-232.

BANDEIRA, Manuel. *Antologia poética*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1961.

BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo: Cultrix, [s/d.].

BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix, 1983.

CANDIDO, Antonio. A literatura e formação do homem. In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

_____. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*: reprodução fac-similar do manuscrito com leitura justalinear, de Antônio Geraldo da Cunha, César Nardelli Cambraia e Heitor Megale. São Paulo: Humanitas. 1999.